

# **REVOGAÇÃO DO PECIM NO NOVO GOVERNO LULA: ARGUMENTOS E CONTRADIÇÕES**

Alexandre Marinho Pimenta

Universidade de Brasília

alexmpimenta1@gmail.com

## **Introdução do problema**

Nos últimos anos, tem-se constituído no Brasil um processo de militarização da educação básica. Não se trata da expansão do sistema de colégios militares, vinculadas a órgãos de defesa ou de segurança pública. Segundo Santos, Alves e Lacé (2023, p. 13), “de modo geral, a militarização das escolas é o repasse de escolas civis públicas para membros das forças de segurança e suas corporações, que passam a geri-las a partir da ótica dessas corporações”.

Essa realidade se encontra hoje em todas as regiões do país. São centenas de escolas públicas militarizadas a partir variados convênios e acordos entre secretarias de educação e corporações militares (Santos; Alves, 2022). Como mostram as pesquisas, após militarizadas, essas escolas passam por diversas alterações curriculares, didáticas e de gestão, passando a conviver com militares e suas práticas de quartel dentro do ambiente educacional.

Tais processos de militarização ganharam um novo patamar em 2019, quando o recém-empossado governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro lançou o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) (Brasil, 2019a; Brasil, 2019b). Seguindo uma agenda neoconservadora e autoritária, em parceria com o Ministério da Defesa, o Ministério da Educação passou a estimular anualmente, sob diretrizes definidas pelo PECIM, a militarização de dezenas de escolas públicas do país.

Após muitos embates e controvérsias, o novo governo federal de Lula, revogou o PECIM por meio do Decreto nº 11.611, de julho de 2023 (Brasil, 2023c). No entanto, governos estaduais e municipais estão mantendo tal modelo militarizado em várias escolas antes atendidas pelo PECIM, demonstrando um legado permanente do programa.

A partir de uma análise documental de caráter ainda preliminar, em contexto de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, busca-se aqui identificar os argumentos e as contradições do novo governo federal no processo de encerramento do PECIM. Pretende-se responder a seguintes perguntas: quais argumentos foram utilizados pelo novo governo federal para a revogação do PECIM em suas manifestações públicas e documentos oficiais? Quais contradições se evidenciaram nesse processo?

## **Desenvolvimento**

Nas eleições brasileiras de 2022, a chapa presidencial de Lula (PT) e Alckmin (PSB) foi vitoriosa por uma pequena diferença de votos. O país, assim, saía de quatro anos do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (PL), na qual a educação foi inserida às pretensões políticas do bolsonarismo, por exemplo, no estímulo à militarização (Leher; Santos, 2023).

No final 2022, nos Grupos Técnicos (GT) do Gabinete de Transição, coordenado por Geraldo Alckmin, construíram-se diagnósticos e propostas, de acordo com as pastas do novo governo. O GT da educação chamou logo atenção pelos representantes da educação de viés empresarial hoje no país, gerando descontentamento de associações acadêmicas e movimentos relacionados à educação. Após muitas críticas, a tática do novo governo foi ampliar a quantidade de colaboradores.

No relatório final do Gabinete de Transição, ao tratar de revogações e revisões de atos contrários aos direitos de crianças, adolescentes e da juventude, no caso específico do PECIM, o documento propõe meramente “avaliar o custo-benefício do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares” (Gabinete, 2022, p. 61).

É certo que, na reorganização do MEC, quando da posse do novo ministro Camilo Santana (PT), a Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares, responsável pelo programa, foi extinta. Porém, o PECIM continuou por meses em funcionamento, sob incertezas quanto à sua continuidade.

Em abril, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados<sup>1</sup> ouviu o novo ministro a pedido de deputados bolsonaristas, como o Tenente-Coronel Zucco

---

<sup>1</sup> A audiência foi transmitida pelo canal da Câmara dos Deputados, disponível aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=6QDgu-NsTqY>

(Republicanos). Questionado sobre a extinção da diretoria e sobre o futuro das Escolas Cívico-Militares fomentadas pelo governo federal anterior, o ministro informou que seguia as orientações do relatório do Gabinete de Transição e sua equipe estava avaliando continuidade do programa. Ressaltou ainda conflitos normativos envolvendo o programa e a atual legislação educacional brasileira. No entanto, defendeu que os estados possuíam autonomia para criarem e manterem suas Escolas Cívico-Militares.

Em maio, o tema esteve novamente presente em outra audiência da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados<sup>2</sup>, também com a presença do MEC, representado por Alessandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica. Tal diretor foi responsável pela Nota Técnica nº 60/2023 (Brasil, 2023a), onde se reforça a inexistência de previsão legal para a utilização de militares em escolas públicas e as dificuldades de execução orçamentária do PECIM, fazendo referência inclusive à literatura especializada crítica ao atual processo de militarização da educação no país. Mesmo assim, a diretriz apresentada na Nota Técnica e na exposição do diretor na audiência é ambígua: fala-se em não dar prioridade ao programa e mesmo em sua suspensão, concomitantemente, apresenta dotação orçamentária para tal programa em 2023, além de estender a decisão sobre a mudança ou não de modelo escolar às redes de ensino.

Em julho, um Ofício do MEC anuncia o processo de desmobilização do pessoal das Forças Armadas do PECIM (Brasil, 2023b), em consenso com o Ministério da Defesa. Dias depois, há um Decreto finalmente revogando o PECIM. Em material da Secretaria de Comunicação Social do governo sobre a revogação, o PECIM é identificado ainda como um programa excludente, citando inclusive representantes do Todos Pela Educação e do Banco Mundial (Brasil, 2023d).

## **Conclusões**

O novo governo federal se posicionou contrariamente à continuidade do PECIM, alegando questões legais, de gestão e de concepção educacional. Porém, essa oposição se mostrou, por vezes, ambígua e não vinculada aos movimentos sociais da educação. A revogação do PECIM, por fim, concedeu às redes de ensino a decisão sobre continuidade

---

<sup>2</sup> A audiência foi transmitida pelo canal da Câmara dos Deputados, disponível aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=to2wvkOnfok>

do modelo militarizado por fora do programa. Dessa forma, o processo de militarização tende a permanecer, estando o MEC abdicando de seu papel de coordenação da política nacional de educação, inclusive com função normativa, como prevê o Art. 8º da LDB (Brasil, 1996).

O debate sobre o encerramento do PECIM e a persistência da militarização da educação básica no Brasil, neste momento, cobre-se de grande atualidade e centralidade para os rumos educacionais do país. Apesar de quantitativamente a militarização ainda não ser significativa na totalidade do sistema educacional, em seu bojo, disputa-se as concepções, formas e funções sociais da escola pública e o papel das corporações militares em nossa sociedade.

## **Referências**

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019*, Brasília, DF, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Nota Técnica nº 60*, Brasília, DF, 2023a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ofício Circular nº 4*, Brasília, DF, 2023b.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019*, Brasília, DF, 2019b.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 11.611, 19 de julho de 2023*, Brasília, DF, 2023c.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *Encerramento - Programa Nacional Das Escolas Cívico-Militares (PECIM)*, Brasília, DF, 2023d.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. *Relatório final*. Brasília, 2022.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto. *Educação no governo Bolsonaro*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

SANTOS, Catarina de Almeida; Alves, Míriam Fábica; LACÉ, Andréia Mello. Militarização das escolas públicas no Brasil: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia. *Retratos da Escola*, v. 17, n. 37, 2023.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábila. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 52, 2022.